ARTE SOBRE FOTO DO ACERVO IPEA

Na foto, Nilzete de Almeida Camurugi Meneses(73 anos), do abrigo Instituto La Irmã Benedita Camurugi, Salvador - BA

CAPÍTULO 9

O voluntariado nos abrigos: uma profissão de fé

Nathalie Beghin e Anna Maria Tiburcio Medeiros Peliano

9.1 INTRODUÇÃO

A legislação brasileira descreve o trabalho voluntário como uma "atividade não-remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade" (Lei 9.608 de 1998). Nestes termos, destaca-se que o "Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC"[1], realizado pelo IPEA em 2003, revelou a presença significativa do voluntariado na implementação de um direito social, qual seja, o de acolhimento, proteção e assistência a crianças e adolescentes em situação de risco social ou pessoal.[2]

Com efeito, os dados da pesquisa mostram que a maior parte dos abrigos é dirigida por voluntários e conta com trabalhadores não-remunerados no seu quadro de profissionais. Tentar dimensionar e qualificar esse voluntariado é o objetivo do presente ensaio. Busca-se, pois, responder a questões como: quem são esses voluntários – dirigentes ou prestadores de serviço -, onde estão, que atividades realizam e em que medida os abrigos dirigidos por voluntários atendem satisfatoriamente às exigências do ECA no que se refere à promoção do direito à convivência familiar e comunitária do qual gozam todas as crianças e todos os adolescentes. Trata-se de contribuir para o debate sobre a relação público/privado no bojo das preocupações com a formulação de políticas públicas, envolvendo arranjos entre o Estado e a sociedade que assegurem a realização dos direitos sociais básicos.

[1] O "Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC" foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em 2003. Tal iniciativa foi promovida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH da Presidência da República, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda. Contou, ainda, com o apoio do Ministério da Assistência Social - MAS e do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef. A pesquisa buscou conhecer as características, a estrutura de funcionamento e os serviços prestados pelos abrigos beneficiados com recursos do Governo Federal repassados por meio da Rede de Serviços de Ação Continuada (Rede SAC) do Ministério da Assistência Social. Foram pesquisadas 626 instituições, em todas as regiões brasileiras, sendo que, destas, 589 ofereceram programa de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social. Para maiores esclarecimentos sobre a metodologia da pesquisa, ver o capítulo 1 do presente livro.

[2] Conforme definição contida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Com o intuito de contribuir para enfrentar tal discussão, o presente texto está divido em duas partes. A primeira trata da recente "redescoberta" do voluntariado no Brasil, como no resto do mundo. Um passo inicial para quem se propõe a abordar esta temática é contar um pouco de história. Neste sentido, a primeira seção oferece uma breve retrospectiva de como o voluntariado vem sendo entendido ao longo do tempo no país. O que se observa é que a prática de atividades não remuneradas ainda é carregada de ambigüidades e tensões. Apresentar alguns dos principais contornos do debate atual é, pois, o objetivo da segunda seção: de um lado, o entendimento de que o serviço voluntário se insere num modelo de gestão da pobreza, associado a práticas clientelistas ou de assistencialismo paliativo distintas da lógica dos direitos sociais; e, de forma contrária, a defesa de que o voluntariado pode ser protagonista de transformações sociais na medida em que contribui para a construção de uma nova cidadania baseada em valores como a solidariedade. A terceira seção se dedica a ilustrar o perfil do voluntariado no Brasil. É importante registrar que, apesar do crescente interesse que o tema vem despertando tanto no país como no exterior, ainda são poucas as pesquisas sobre este tema.

Na segunda parte do texto são apresentados os dados sobre o trabalho não-remunerado nos abrigos financiados com recursos do Governo Federal, oriundos da pesquisa realizada pelo IPEA. Faz-se mister ressaltar que, como a pesquisa em tela não tinha o voluntariado como objeto central de investigação, a análise dos dados sobre o trabalho não-remunerado no âmbito dos abrigos se dará dentro dos limites da própria pesquisa. Para realizar o estudo, foram preparadas pelo IPEA tabulações especiais referentes aos abrigos dirigidos por voluntários, aos abrigos que contam com voluntários no seu quadro de profissionais e ao perfil desses voluntários, entre outras. Apresenta-se, também, um conjunto de indicadores que possibilitam verificar em que medida os abrigos dirigidos por voluntários estão se adequando às diretrizes de reordenamento do atendimento a crianças e adolescentes preconizadas pelo Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente – ECA.

Nas considerações finais, retomam-se os principais resultados da pesquisa.

9.2 O VOLUNTARIADO EM RETROSPECTIVA

9.2.1 A força da religião

O voluntariado no Brasil remonta ao início da colonização, associado predominantemente à filantropia e à caridade, intimamente ligadas à Igreja Católica. Isto porque origina-se com a chegada da Irmandade da Misericórdia e a instalação das primeiras Santas Casas que, desde o século XVI, mantém hospitais abertos à população. Criadas com preocupações caritativas e beneficentes e voltadas para os grupos socialmente mais vulneráveis – órfãos, idosos, doentes ou inválidos –, as obras religiosas, localizadas junto a conventos e igrejas, ampliaram-se de forma acelerada nos séculos seguintes. E todas essas obras contavam com o trabalho voluntário para prestar assistência aos pobres e desvalidos.

Somente no final do século XIX, com a Proclamação da República (1889) e a separação formal da Igreja Católica, o Estado brasileiro começou a incorporar atribuições sociais. A partir dos anos de 1930, no contexto da ditadura do presidente Getúlio Vargas e do avanço da industrialização, é que se observa o crescimento da intervenção governamental no campo social. Para enfrentar os problemas urbanos emergentes, o Estado passou a financiar organizações beneméritas por intermédio de diversos mecanismos – vigentes até os dias de hoje –, tais como subsídios, convênios, subvenções ou concessão de benefícios (imunidades, isenções e dedutibilidade de doações). Trata-se, sobretudo, de um modo de agir subsidiário à ação privada, isto é, uma prestação de serviços por meio do co-patrocínio do fundo público às ações das entidades beneficentes.

Ao longo do século XX, a Igreja Católica prosseguiu investindo sistematicamente na prestação de serviços sociais, a partir da construção de equipamentos (como escolas, casas de saúde, asilos e abrigos) e de promoção do trabalho voluntário (os milhares de voluntários das pastorais ou, ainda, os vicentinos). Ainda hoje pode-se dizer de cada paróquia que abriga alguma obra social. Segundo Fernandes (1994), a articulação de tantas instituições e projetos

no interior da Igreja Católica é objeto de uma organização especializada chamada Caritas. Estruturada em 1950 como uma instância mundial, a Caritas Internacional acompanha a estrutura complexa da Igreja, abrindo escritórios em cada país. Assim, até os dias atuais, a Igreja Católica Romana predomina no campo do voluntariado e dos serviços sociais não-governamentais.

É interessante registrar o recente crescimento, bem como a maior visibilidade no cenário nacional, de outras crenças que vêm provocando transformações no campo religioso. Com efeito, como ressalta Novaes (1998, p. 92), *"não se pode negar que está se modificando a histórica equação entre Catolicismo (religião oficial e dominante) como 'a' agência supletiva e o Estado no que tange à assistência social"*. Este é o caso, por exemplo, da expansão das Igrejas Evangélicas nos últimos anos[3]. Segundo Fernandes, *"o crescimento dos evangélicos é o sinal mais espetacular de mudança de mentalidade na região* (América Latina) *neste final de século. Iniciado por missões estrangeiras, em especial norte-americanas, o evangelismo tornou-se um movimento endógeno, que cresce sobretudo através de meios locais"* (Fernandes: 1994, p. 124). Trata-se de um movimento minoritário, mas com forte poder de convencimento; dirige-se particularmente aos pobres e estimula o trabalho não-remunerado. Um outro exemplo pode ser dado pelos espíritas que, com suas históricas obras sociais e vocação para o trabalho voluntário, tornam-se cada vez mais visíveis. Para os seguidores dessa religião, a caridade *"é definida como o principal dos meios pelos quais se estabelece a evolução espiritual, servindo imediatamente à salvação pessoal"* (Giumbelli: 1998, p. 135). As religiões afro-brasileiras, das quais as mais praticadas são o candomblé e a umbanda, devem ser citadas igualmente: os terreiros são locais onde as pessoas vão em busca de assistência material e onde se articulam formas de trabalho voluntário (Novaes: 1998; Corullón: 2002).

Em resumo, desde os tempos coloniais, fortaleceu-se um conjunto de organizações não-governamentais de caridade, a maior parte delas de inspiração religiosa, que consolidou práticas assistencialistas, clientelistas, de apadrinhamento e de tutela. É por isso que, no Brasil, o voluntariado é quase sempre associado à filantropia, entendida como o oposto de cidadania; é associado à manutenção do *status quo*, a um modelo de gestão da pobreza e, não, de promoção da igualdade e da reciprocidade.

[3] Segundo dados censitários do IBGE, em 1991, 9% da população brasileira se declarava evangélica. Em 2002, esse percentual elevou-se para 15%.

9.2.2 A contestação e a pressão por direitos

Na segunda metade do século XX, novas mudanças no campo social começaram a ocorrer, atreladas a um maior ativismo político de novas organizações que emergiram da sociedade e que buscaram se distanciar das práticas sociais filantrópicas tradicionais. Com efeito, paralelamente à existência de um voluntariado caritativo – que se estende até os dias de hoje –, surgiram no Brasil nos anos de 1960 e, particularmente, na década de 1970, movimentos populares assentados em um voluntariado de contestação à ditadura militar vigente e alinhados ideologicamente às esquerdas. Ainda que múltiplos e diversos, esses movimentos eram entendidos como "populares" na medida em que orientavam sua atuação pela luta de classes. Trava-se de construir um contrapoder popular ou uma força popular independente do Estado. Grande parte das reivindicações desses movimentos refletia problemas urbanos, e é interessante observar que, nesse processo, também foi fundamental a participação da Igreja Católica, mais particularmente, da ala articulada à Teologia da Libertação (Fernandes: 1994; Gohn: 1997; Peliano e Beghin: 2002).

Ao longo dos anos de 1980, em paralelo à democratização do país e ao fortalecimento sindical, outros movimentos sociais de base mais transclassista foram se consolidando e incorporando nas suas agendas diversas problemáticas sociais, tais como a proteção à infância e à adolescência, o combate às discriminações de raça e de gênero, a proteção ao meio ambiente, o respeito às populações indígenas e o combate às desigualdades e a pobreza. Aos poucos, esses segmentos sociais foram abrindo espaços para uma nova forma de interlocução política com o Estado. Neste sentido, na preparação da Constituição Federal, promulgada em 1988, eles tiveram participação ativa, organizando-se em múltiplos grupos de pressão[4] que acabaram influenciando o conteúdo de muitas das leis vigentes no país no sentido da ampliação dos direitos sociais básicos. No bojo dessas conquistas cabe citar, por exemplo, os artigos 227 e 228 da Carta Magna, que contemplam a proteção integral a crianças e adolescentes, bem como a promulgação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

[4] Assim, por exemplo, em 1987, a criança é tema da Campanha da Fraternidade promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. No processo constituinte, os movimentos sociais se articularam na defesa dos direitos da criança e do adolescente dando prioridade a duas bandeiras de luta: Criança Constituinte (1986) e Criança Prioridade Absoluta (1987). Ver CBIA/SP e IEE/PUC SP. Trabalhando Abrigos. *Cadernos de Ação nº 3*. São Paulo: março/1993.

9.2.3 A "redescoberta" do voluntariado

A partir dos anos de 1990, observa-se uma inflexão no perfil do ativismo social de pessoas e organizações. Como ressalta Landim (1998, p. 17), o pano de fundo dessa inflexão "é global e bem conhecido, compreendendo fenômenos também diversificados, como a redefinição do papel do Estado e o avanço da lógica do mercado, com suas conseqüências sociais negativas; a queda do muro de Berlim e a reorganização das sociedades do Leste Europeu; a diminuição do prestígio e a desconfiança com relação às instituições político-representativas tradicionais, como partidos e sindicatos; a intensificação de afirmações – e discriminações – étnicas e religiosas; o recrudescimento da chamada exclusão social, configurando-se o que, para alguns, é a nova questão social; a retomada e revisão da questão da democracia e da cidadania, entre outras". Neste contexto, vem crescendo o entendimento de que, para além das reivindicações, é preciso buscar coletivamente (Estado e sociedade) soluções alternativas e agir, já.

No Brasil, pode-se perceber essa mudança de comportamento, por exemplo, no crescimento do ativismo social empresarial[5] e de doações individuais,[6] ou no surgimento de iniciativas da sociedade muito pouco institucionalizadas, amplas, espontâneas e descentralizadas, em favor de uma causa determinada. Este é o caso, entre outros, do "Movimento pela Ética na Política", que se notabilizou, em 1992, no processo de *impeachment* do ex-presidente Collor, desdobrando-se posteriormente no movimento da "Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida". A "Ação da Cidadania"[7] evocou o sentimento de solidariedade nacional em favor dos excluídos e promoveu, entre outras atividades, inúmeras campanhas de distribuição de alimentos em todo o país, impulsionadas pelo sentimento de indignação contra a fome e a exclusão. Milhares de pessoas e de instituições participaram voluntariamente da campanha: indivíduos comuns, ONGs, sindicatos e centrais sindicais, artistas, igrejas e grupos religiosos, empresas

[5] Segundo dados do IPEA (Peliano e Beghin, 2003), em 2000, 59% do total de empresas privadas formais no país com mais de um empregado promoveram, em caráter não-obrigatório, algum tipo de ação social voltada para populações mais pobres e, pelo menos 39% dessas empresas afirmaram que irão expandir suas atividades sociais no futuro próximo.

[6] A pesquisa coordenada por Landim e Scalon (2000) revela que as doações individuais tendem a crescer.

[7] A expressiva participação da sociedade brasileira na "Ação da Cidadania", também chamada de "Campanha contra a Fome", é resgatada por Landim (1998), ao apresentar os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – Ibope –, em 1993, segundo a qual, à época, 68% da população brasileira maior de 16 anos declarava conhecer ou ter ouvido falar da campanha nacional contra a fome. Além disso, 32% dessa mesma população informava ter participado ou contribuído para a campanha, de alguma forma. Entre os que participaram ou contribuíram, 11% afirmavam pertencer a algum "comitê de combate à fome", a unidade básica de organização da "Ação da Cidadania".

dos mais variados tipos – privadas e estatais, grandes e pequenas –, associações comunitárias e profissionais, instituições filantrópicas, escolas e universidades, dentre outros.

É neste contexto que vem aumentando o interesse pelo voluntariado entendido como "um hábito de coração e uma atividade cívica" (Cardoso *et alii*, 2002). Dentre os disseminadores desta prática cabe destacar, por exemplo, a iniciativa do Conselho da Comunidade Solidária – órgão presidido pela primeira-dama do país e vinculado à Presidência da República na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, extinto pelo governo do presidente Lula em 2003 –, que criou o Programa Voluntários[8] com o objetivo explícito de promover e fortalecer a cultura e a prática do voluntariado no Brasil como expressão de uma "cidadania participativa e transformadora". Segundo os idealizadores do programa, em 2002, existiam 36 Centros de Voluntários. Entre os desdobramentos desse programa, cabe destacar, pela sua magnitude, o programa Amigos da Escola, implementado em parceria com outras instituições, sobretudo com a Rede Globo de Televisão, que conseguiu que mais de 30 mil escolas passassem a contar com o apoio de voluntários.

A atenção crescente com o trabalho voluntário, no Brasil, pode ser detectada em outro instrumento recente: a promulgação, em 1998, da Lei 9.608, que regulamenta e institucionaliza a prestação deste tipo de serviço no país. Essa era uma reivindicação antiga das organizações que adotam o trabalho voluntário na prestação de serviços e que veio não só valorizar o voluntariado, mas, também, contribuir no equacionamento das dificuldades de ordem trabalhista até então freqüentemente observadas.

A "redescoberta" do voluntariado ocorre igualmente no cenário internacional. Ilustra esse fato uma resolução das Nações Unidas que declara o ano de 2001 como Ano Internacional do Voluntariado. Segundo Douglas Evangelista – diretor geral do programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) -, só muito recentemente o voluntariado tem deixado a sua "condição de invisibilidade histórica, após séculos de existência e frutífera manifestação" (Evangelista: 2002, p 34). Os documentos oficiais das Nações Unidas apontam o trabalho voluntário como uma prática onde todos ganham, na medida em que traz resultados positivos

[8] Antes do Programa Voluntários, o último programa de abrangência nacional de estímulo ao voluntariado foi o Programa Nacional do Voluntariado – Pronav. Coordenado pela ex-Legião Brasileira de Assistência Social – LBA, era um programa governamental cuja presidência de honra cabia à primeira-dama do país. O Pronav durou de 1979 até o início dos anos 1990 e chegou a ter mais de mil núcleos e 5,4 mil voluntários.

(i) para os voluntários individualmente; (ii) para as comunidades atendidas; e, (iii) para o conjunto da sociedade, uma vez que contribui para o fortalecimento do ativismo civil e político. Propaga-se que o trabalho voluntário colabora para o desenvolvimento econômico e social; para o combate à exclusão social; e, para o "empoderamento" das mulheres (Evangelista, 2002).

No Brasil, em 2001, em função do Ano Internacional do Voluntariado, assistiu-se a uma grande mobilização em torno do tema, amplamente divulgada pelos meios de comunicação. Não se tem uma clara dimensão de todo o esforço empreendido mas, segundo informações do Instituto Brasil Voluntários[9], até meados daquele ano, a metade da população havia tomado conhecimento do movimento e declarava que os benefícios gerados pelo trabalho voluntário eram maiores do que os oriundos das doações em bens ou em dinheiro.

A recente "redescoberta" do voluntariado traz consigo a discussão sobre as ambigüidades e ambivalências que caracterizam esse tipo de prática: freqüentemente colocada no campo do clientelismo ou do assistencialismo paliativo e contrário à lógica dos direitos sociais, aponta-se, de outro lado, para seu peso na construção de uma nova cidadania baseada em valores como a solidariedade.

9.3 ALGUMAS QUESTÕES DO ATUAL DEBATE: VOLUNTARIADO COMO GESTÃO DA POBREZA OU COMO TRANSFORMAÇÃO SOCIAL?

Há uma diversidade de reflexões a respeito do significado do trabalho voluntário. Para alguns estudiosos, o voluntariado é entendido como um meio para resolução de problemas específicos. Este é o caso de grupos de ajuda-mútua. Godbout ilustra bem essa vertente com o exemplo dos Alcoólicos Anônimos – AA. Trata-se de uma rede mundial de voluntários que tem um único objetivo: combater o alcoolismo de seus membros. Por sua eficácia, vem não só crescendo

[9] Informações recolhidas pela pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa – Ibope, para o Instituto Brasil Voluntários, em agosto de 2001, em nove capitais do Brasil. Foram feitas 7.700 entrevistas com pessoas de 10 anos ou mais, representativas da população.

desde sua criação, em 1935, nos Estados Unidos, como inspirando outros grupos de ajuda-mútua que adotam sua abordagem (contra a toxicomania, a depressão, a fase terminal de doenças). Os grupos de AA *"estão hoje disseminados pelo mundo inteiro. Constituem uma federação mundial, uma rede de redes inteiramente controlada pela base, e os próprios grupos aproximam-se da democracia direta. Nenhum líder carismático, nenhum guru, e sim, ao contrário, o anonimato, tanto para os fundadores do AA, cujos sobrenomes são desconhecidos, quanto para os demais membros. É também uma instituição moderna, já que os grupos não se baseiam num passado comum, na comunidade territorial ou cultural dos membros, mas num problema específico"* (Godbout: 1999, p 86).

Já para outros, a atuação dos cidadãos em diversos espaços sociais (na comunidade, na igreja, nas associações, nas empresas) acaba por desresponsabilizar o Estado de suas obrigações sociais. Um outro conjunto de estudiosos acredita que a multiplicação de movimentos populares e o empoderamento de grupos nas bases da sociedade é uma demonstração de mobilização política e democrática. Outros avaliam, ainda, que o voluntariado é uma forma de uso racional dos recursos; acreditam que a provisão de serviços sociais por meio de trabalho não-remunerado é mais eficiente, menos custosa e mais próxima das preferências dos usuários do que a pública-estatal.

No bojo dessas discussões, observa-se um interessante debate sobre a questão do voluntariado: de um lado, os críticos, que qualificam a promoção do trabalho não-remunerado como uma forma de disseminar atitudes e valores que reforçam relações de submissão e tutela, um modelo de "gestão da pobreza". De outro lado, os que defendem uma nova forma de atuar, baseada na consolidação da noção do direito à igualdade, onde o voluntário é percebido como um militante ou um ativista civil e político. As duas vertentes de pensamento apresentam concepções diferentes sobre (i) as motivações para o trabalho voluntário; (ii) a percepção da pobreza; e (iii) o tratamento em relação aos beneficiários do tempo doado.

Os críticos entendem que o trabalho voluntário se insere num modelo social onde a pobreza é percebida como natural e as razões para aliviar seus efeitos podem ser oriundas da ética (religiosa ou não), do sentimento de solidariedade comunitária ou de um mal-estar pessoal dos que doam seu tempo. As motivações para "ajudar o próximo" estariam no campo da caridade e ancoradas no sentimento religioso ou na laicização da concepção católica de caridade. Na avaliação de diversos autores, essa prática se insere na lógica do assistencialismo puro (Faleiros,

1997) ou do social-assistencialismo (Castel, 1998): busca criar redes de interdependência entre os que doam e os que recebem. Como ilustra Castel (1998, p 319),

> *"A relação de ajuda é como um fluxo de humanidade que circula entre duas pessoas. Evidentemente, esta relação é desigual, mas é nisso que reside seu interesse. O benfeitor é um modelo de socialização. Por sua mediação, o bem se derrama sobre o beneficiário. Este, por sua vez, responde com sua gratidão: o contato está restabelecido entre as pessoas de bem e os miseráveis. (...) A relação de tutela instaura uma comunidade na e pela dependência. O benfeitor e seu obrigado formam uma sociedade, o vínculo moral é um vínculo social. (...) A virtude do rico funciona como cimento social que filia novamente esses novos bárbaros que são os indigentes dos tempos modernos, desmoralizados por sua condição de existência".*

A perspectiva caritativa do voluntariado, segundo seus detratores, apóia-se no entendimento da menor capacidade dos mais pobres. A ajuda dada é uma prática pontual, localizada e feita de forma discricionária, geralmente fundada numa apreciação de bom comportamento e num julgamento moral dos pobres. O serviço voluntário é aleatório e entendido como favor. O voluntariado baseado na caridade reforçaria, assim, a idéia de que o Estado é incompetente para solucionar as mazelas sociais e, portanto, desnecessário. Nessa economia política da caridade *"estabelece-se um comércio entre o rico e o pobre, com vantagem para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição"* (Castel: 1998, p 65).

Nesta vertente, o voluntariado hoje, como dantes, não visa "transformar", mas trabalhar sobre a miséria do mundo capitalista, sobre os efeitos perversos do desenvolvimento econômico. Tenta introduzir correções às contrafinalidades mais desumanas da organização capitalista da sociedade, mas sem tocar em sua estrutura (Castel: 1998); em outras palavras, atua-se somente para "administrar" ou "gerenciar" a pobreza.

Esse tipo de interpretação vem, no entanto, sendo questionada por alguns setores, inclusive religiosos[10]. Segundo Corullón (2002), diversas iniciativas buscam estimular um protótipo de voluntariado diferente, baseado na participação, no adensamento das formas de sociabilidade e de laços de solidariedade, na cobrança dos direitos e num novo padrão moral e ético. O fenômeno da pobreza é considerado como inaceitável, e a motivação para doar seu tempo é a da transformação

[10] A esse respeito ver Giumbelli (1998) sobre a atuação de determinados segmentos do espiritismo.

social, isto é, a extensão da cidadania para todos. Entende-se que a intervenção do Estado é indispensável, mas insuficiente frente ao tamanho e a natureza da exclusão social; somente a união de esforços entre Estado e sociedade será capaz de superar os principais impasses do país na área social.

Aldaíza Sposatti vislumbra um novo padrão de *maioridade do voluntariado* ancorado num *mix* de inconformismo e indignação (com a desigualdade, a discriminação, a pobreza, a cidadania restrita), de tolerância (com a diferença), de ética social e de solidariedade. A autora propõe três tipos de ações voluntárias para a transformação social, quais sejam: (i) ação vinculada, isto é, realizada em parceria com as políticas públicas, de modo a qualificá-las, complementá-las e exercer o controle social de seus procedimentos e orçamentos; (ii) ação de cidadania, isto é, construindo uma nova relação com as instituições públicas, valorizando o voto, construindo orçamentos participativos, combatendo a corrupção, defendendo a ética pública, promovendo padrões de qualidade de vida para todos, respeitando o espaço público; e, (iii) ação civilizatória, isto é, construindo diversos valores como ética, estética e felicidade; trata-se de ações de valorização da cultura, da arquitetura, da arte, da modernidade tecnológica e digital, dos direitos. Para Sposatti, *"a perspectiva de transformação social abre novos campos para o voluntariado e não supõe, em absoluto, a redução do Estado, a fragilização de suas atribuições, mas sim a direção da ação pela ética social, justiça social, cidadania e solidariedade"* (Sposatti: 2002, p 63).

Essa concepção de voluntariado, que apenas se anuncia, assenta-se numa concepção ampliada de cidadania nascida no âmbito dos novos movimentos sociais. Segundo seus defensores, a cidadania ampliada é potencialmente produtora de uma nova cultura política, a da emancipação do que Santos (1999) chama de todas as formas de opressão. A sociabilidade dela decorrente seria de reciprocidade, isto é, operando num espaço de trocas sancionadas por um novo contrato social onde a cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação horizontal entre cidadãos.

Por si só, somente essas duas concepções antagônicas reforçam a necessidade de se aprofundar esta temática, inclusive porque, no mundo acadêmico, ainda são poucas as reflexões sobre o assunto. Abordar o tema do voluntariado é de certo relevante na medida em que o número de voluntários no Brasil, como se verá logo a seguir, não é nada desprezível. Neste sentido, qualquer que seja a maneira como os voluntários exercitam essa prática (resolvendo problemas específicos, "gerindo" ou "transformando" a pobreza), suas motivações e formas

de atuação são aspectos centrais quando se quer entender como as questões sociais são reguladas e como se definem e se delimitam os interesses privados e a ação pública.

9.4 O VOLUNTARIADO EM NÚMEROS

Dos poucos estudos estatísticos sobre voluntariado existentes no Brasil, o mais abrangente foi realizado por Landim e Scalon (2000)[11]. Os dados dessa pesquisa apontam que, no Brasil, 23% dos adultos, o equivalente a 19,7 milhões de pessoas, doam alguma parte de seu tempo para ajudar a outros, sendo que a maioria desses voluntários – 13,9 milhões de indivíduos – presta serviços em instituições. A pesquisa revela, ainda, que a média de horas doadas no país por intermédio de trabalho voluntário é de seis horas mensais. Ainda segundo Landim, nos Estados Unidos, considerados campeões do trabalho não-remunerado, 49% dos adultos (ou 90 milhões de pessoas) doam, em média, cerca de 17 horas por mês.

Para se ter uma idéia da dimensão deste voluntariado, faz-se um cálculo de qual seria o valor médio dos salários destes trabalhadores caso fossem remunerados[12]. Assim, em 2002, os recursos mobilizados pelos voluntários no Brasil seriam da ordem de R$ 7,8 bilhões. A título de comparação, este valor é equivalente ao total de recursos repassados pelo Governo Federal, naquele ano, para programas de transferência direta de renda[13].

[11] Trata-se de uma pesquisa promovida, em 1998, pelo Instituto de Estudos da Religião – Iser em parceria como o Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa – Ibope a partir de uma amostra representativa da população brasileira com 18 anos ou mais (1.200 entrevistas domiciliares), que vivia em cidades com mais de 10 mil habitantes

[12] Segundo dados da PNAD, em 2002, o salário médio/hora bruto de trabalhadores dos setores de educação, saúde, serviços sociais e outros serviços coletivos e sociais era de R$ 5,00 (são as ocupações que mais se aproximam do tipo de trabalho realizado pelos voluntários). Se os voluntários no Brasil fossem remunerados pelo seu trabalho ganhariam, individualmente, R$ 399,00 por ano (R$ 5,00 por hora, seis horas mensais, 12 meses mais 13º salário e adicional de 30% de férias). Na medida em que são 19,7 milhões de voluntários, o volume de recursos mobilizados chegaria a R$ 7,8 bilhões.

[13] Segundo dados da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, em 2002, os programas de transferência direta de renda de âmbito federal totalizaram recursos da ordem de R$ 7,8 bilhões distribuídos entre os seguintes programas: Benefício de Prestação Continuada – BPC (R$ 3,4 bilhões), Renda Mensal Vitalícia – RMV (R$ 1,7 bilhão), Bolsa-Escola (R$ 1,5 bilhão), Auxílio-Gás (R$ 0,680 bilhão), Bolsa Criança-Cidadã (R$ 0,275 bilhão), Bolsa-Renda (R$ 0,160 bilhão), Bolsa-Alimentação (R$ 0,118 bilhão) e Agente Jovem (R$ 0,043 bilhão).

Segundo os dados de Landim e Scalon (2000), no Brasil o trabalho voluntário, medido em horas de dedicação, se concentra em atividades referentes à manutenção cotidiana da infra-estrutura da organização (53,7%): trata-se de trabalho de escritório, como o de atendimento ao público, alimentação, limpeza e outros serviços gerais, que não exigem maiores qualificações por parte do voluntário. Seguem, num distante segundo lugar, atividades de captação de recursos (18,4%). Em terceiro lugar, encontram-se ações ligadas a práticas religiosas (11,4%). É bem menos freqüente a realização de atividades educativas e de treinamento (4,5%), ou de cuidados pessoais (4%), ou, ainda, de prestação de serviços profissionais (3%), compreendendo-se aí atividades qualificadas, tais como as executadas por médicos, dentistas, advogados etc.

No que se refere ao campo de atuação, 58,7% do total de horas de trabalho voluntário desenvolvem-se em instituições religiosas. A área de assistência social ocupa o segundo lugar, com 16,7% das horas trabalhadas. Seguem-se as de educação e desenvolvimento e defesa de direitos com 8,9% e 7,9%, respectivamente. Tem ainda expressão a área de saúde, com 6,5% das horas doadas pelos voluntários do Brasil.

Os dados da pesquisa mostram que os voluntários brasileiros são cidadãos comuns, ainda que se observe entre eles uma maior proporção de adultos entre 35 a 54 anos, com nível de escolaridade correspondente ao segundo grau completo. Vale ressaltar que as pessoas mais propensas a doar seu tempo são aquelas que têm uma prática religiosa freqüente.

É interessante notar que a pesquisa captou as ambigüidades que perpassam o voluntariado no Brasil, apontadas na seção anterior. Com efeito, foi registrada a opinião dos entrevistados a respeito do trabalho voluntário, e os resultados revelaram a predominância de uma opinião positiva sobre a ajuda não-remunerada. Revelaram, também, que coexistiam duas lógicas: de um lado, proporções elevadas de entrevistados fizeram afirmações referentes aos domínios da reciprocidade, da obrigação moral e religiosa, bem como a formas integradoras de sociabilidade. Mas, de outro lado, percentuais semelhantes de entrevistados responderam no sentido do fortalecimento da cidadania e de resultados melhores para a sociedade. Essas lógicas foram capturadas tanto entre os que declararam realizar trabalho voluntário como entre os que afirmaram não realizar qualquer trabalho não-remunerado. E mais: registra-se, também, o entendimento generalizado (mais de dois terços dos entrevistados) de que *"se o Governo cumprisse o seu dever, as pessoas não precisariam ajudar os outros com atividades não remuneradas"* (Landim e Scalon: 2000, p 68).

Landim e Scalon (2000, p 69) concluem que, quanto à ação social, as culturas "estatizante" e de "caridade" convivem historicamente no país. Essas duas faces da medalha – Estado ou caridade – deixaram pouco espaço para o reconhecimento de uma ação "privada, porém pública". Isso só recentemente vem se afirmando com as idéias de cidadania ampliada. É no âmbito dessas ambigüidades que se insere o voluntariado no Brasil.

Parte 2

O VOLUNTARIADO NOS ABRIGOS FINANCIADOS PELA REDE SAC

9.5 COMO FOI REALIZADA A ANÁLISE?

Pela riqueza das informações contidas no "Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC" é possível descortinar aspectos bastante interessantes sobre o trabalho não-remunerado em abrigos que contam com algum recurso federal. Para tanto, foram realizadas tabulações especiais que permitem apresentar os seguintes resultados:

1. Um mapeamento dos abrigos que contam com voluntários entre seus profissionais prestadores de serviços, procurando responder a indagações como: quantos são e onde estão estes abrigos? Quantos voluntários trabalham nestas instituições, que tipo de serviço prestam e qual sua participação no programa de abrigo?

2. A presença do voluntariado na direção dos abrigos, buscando responder as seguintes perguntas: qual o percentual de abrigos dirigidos por voluntários? A localização do abrigo e sua vinculação com instituições confessionais influenciam a opção por uma direção exercida em caráter voluntário?

3. Um perfil dos dirigentes de abrigos que trabalham em caráter voluntário baseado em indagações, tais como: quais as principais características dos

dirigentes voluntários, destacando-se as motivações, idade, sexo, formação e propensão a participar de fóruns ou conselhos voltados para crianças e adolescentes? Qual o tempo que um dirigente voluntário dedica ao abrigo?

4. As especificidades regionais dos abrigos dirigidos por voluntários, revelando a influência da localização geográfica no perfil do programa de abrigos.

5. Uma análise dos abrigos dirigidos por voluntários no que se refere à promoção do direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária. Trata-se de verificar em que medida as instituições que historicamente abrigaram crianças e jovens em situação de risco social e pessoal, num enfoque predominantemente assistencialista, estão caminhando em direção a modelos de atendimento mais emancipatórios, com base no conceito de cidadania e na visão de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

A seguir, apresentam-se os principais resultados da análise do trabalho voluntário praticado nos abrigos para crianças e adolescentes financiados com recursos do Governo Federal.

9.6 UM MAPEAMENTO DOS ABRIGOS QUE RECORREM AO TRABALHO VOLUNTÁRIO

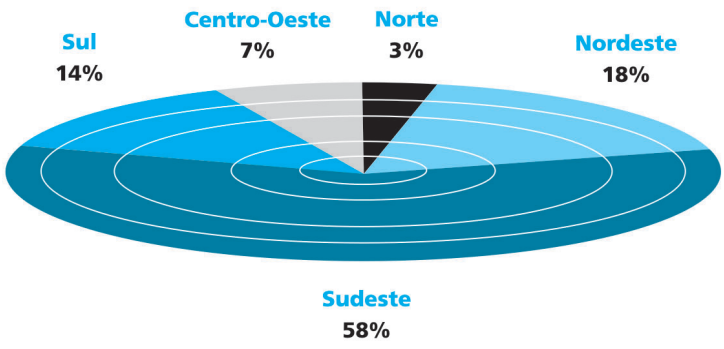
9.6.1 O destaque é do Sudeste

Cerca de dois terços do total de 589 abrigos financiados com recursos da Rede SAC contam com os serviços de profissionais voluntários: 375 instituições, isto é, 64%, declaram ter pelo menos um voluntário.

A maior parte desses abrigos (58%) se encontra localizada no Sudeste; cerca de um terço deles está no Nordeste (18%) e no Sul (14%). O Centro-Oeste e o Norte, juntos, reúnem apenas 10% das instituições (7% e 3%, respectivamente) (gráfico 1).

GRÁFICO 01

Brasil/grandes regiões: distribuição dos abrigos que contam com voluntários

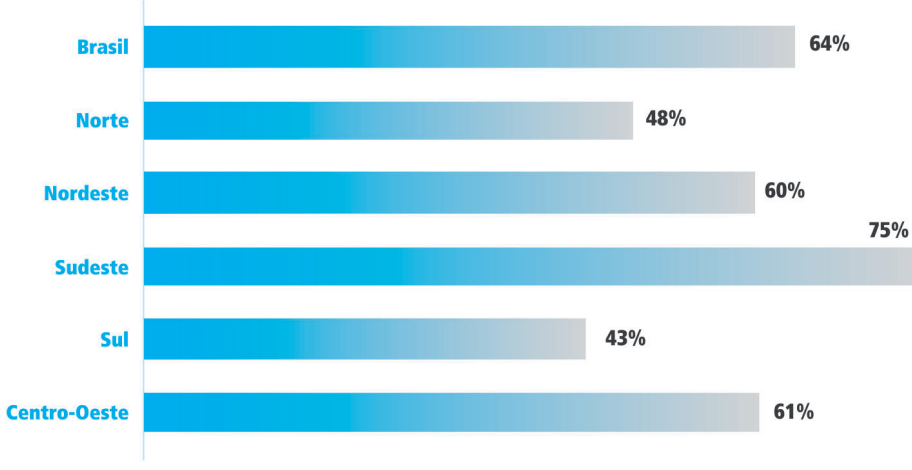


Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Note-se que a localização geográfica tem influência na utilização de mão-de-obra não-remunerada. O gráfico 2 revela que são os abrigos da região Sudeste os que mais recorrem ao trabalho dos voluntários, numa proporção maior do que a média nacional: 75% e 63%, respectivamente. Já no Sul e no Norte, a situação encontrada é bem diferente. Nessas duas regiões, a utilização de serviços não-remunerados não é uma prática majoritária: ela é encontrada em menos da metade dos abrigos (43% no Sul e 48% no Norte).

GRÁFICO 02

Brasil/grandes regiões: proporção de abrigos que contam com trabalho voluntário



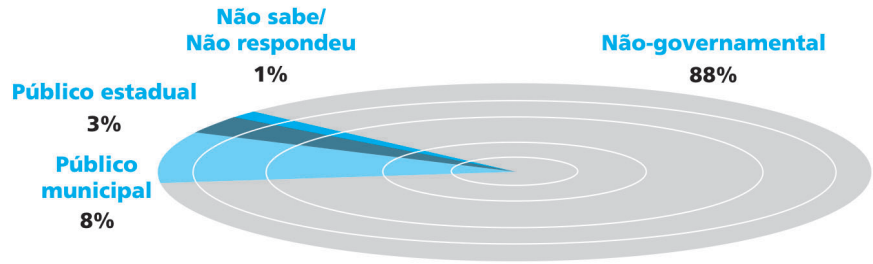
Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

9.6.2 O peso da religião

A absoluta maioria (88%) dos abrigos que declaram recorrer à prestação de serviços voluntários é não-governamental. E mais: possui laços com instituições confessionais (78%) (gráficos 3 e 4).

GRÁFICO 03

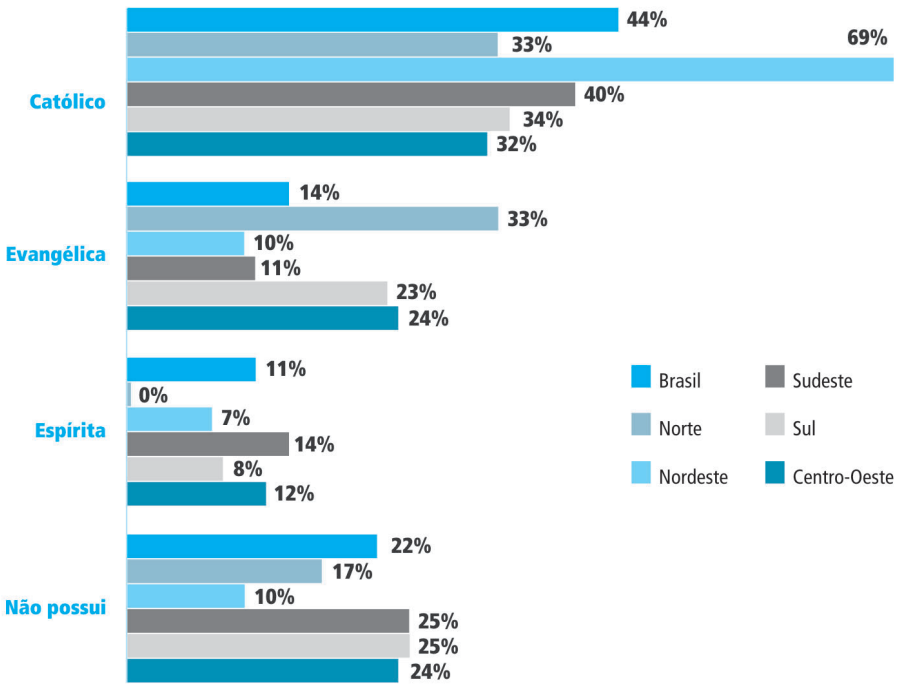
Brasil: distribuição dos abrigos pela natureza do trabalho voluntário com que contam



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

GRÁFICO 04

Brasil/grandes regiões: distribuição dos abrigos que contam com trabalho voluntário segundo orientação religiosa*



** A região Norte possui apenas 12 abrigos que recorrem ao trabalho voluntário, correspondendo a 3% do total de abrigos que possuem trabalho não-remunerado. A presença reduzida de instituições pode contribuir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

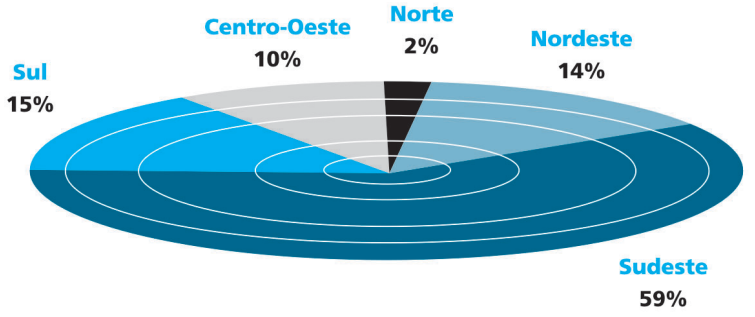
Os abrigos que contam com voluntários se inspiram, predominantemente, na religião católica (44%). No Nordeste, 69% deles informam seguir esta orientação religiosa. É interessante notar a influência dos evangélicos no Norte: um terço dos abrigos dessa região, o que representa mais do que o dobro da média nacional, que é de 14%, declara estar em sintonia com essa doutrina espiritual. Os evangélicos também têm seu peso nas regiões Sul e Centro-Oeste: um quarto dos abrigos possui essa orientação religiosa.

9.6.3 A importância do voluntariado

Os profissionais que trabalham voluntariamente nos abrigos representam pouco mais de um terço (35%) do total de trabalhadores dessas instituições. Com efeito, de 11.939 trabalhadores, 4.134 prestam gratuitamente seus serviços.

A maior parte dos voluntários (59%) encontra-se no Sudeste. Note-se a similaridade entre o Sul e o Nordeste: ambas regiões reúnem, cada uma, em torno de 14% dos voluntários (gráfico 5). São justamente essas duas regiões as que, proporcionalmente, contam com uma menor proporção de abrigos que recorrem à mão-de-obra não-remunerada, conforme já observado no gráfico 2.

GRÁFICO 05
Brasil/grandes regiões: distribuição dos voluntários

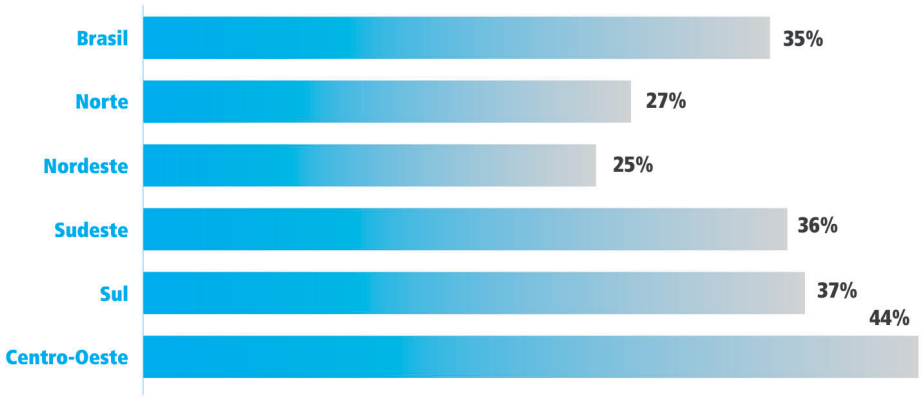


Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

A proporção de voluntários nas equipes dos abrigos varia de acordo com a região. No Centro-Oeste, cerca da metade (44%) não é remunerada pelas atividades realizadas; já no Norte e no Nordeste, esta relação é bem menor: 27% e 25%, respectivamente. Nas regiões Sudeste e Sul, a proporção de voluntários em relação ao total de profissionais é de 36% e 37%, respectivamente, bem próxima, portanto, à média nacional que é de 35% (gráfico 6).

GRÁFICO 06

Brasil/grandes regiões: proporção de voluntários em relação ao total de profissionais dos abrigos que recorrem ao trabalho não-remunerado



Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Para complementar a análise, é interessante observar a relação de voluntários por crianças e adolescentes abrigados. A tabela 1 revela que, no conjunto dos abrigos que contam com trabalho não-remunerado, esta proporção é de um voluntário para 3,4 crianças e adolescentes. No Nordeste, a relação cai para a metade: um voluntário para 7 crianças e adolescentes. No entanto, no Norte e no Sul, diferentemente do observado até o momento, tem-se um voluntário por apenas 2,5 e 2,4 crianças e adolescentes, respectivamente. Note-se que nestas duas regiões o número de profissionais dos abrigos é maior do que o número de abrigados.

TABELA 01

Brasil/grandes regiões: proporção de crianças e adolescentes por profissional e por voluntário nos abrigos que contam com trabalho não-remunerado

Região	Nº de abrigos que contam com voluntários	Nº de profissionais que trabalham nos abrigos que contam com voluntários	Nº de voluntários	Nº de crianças e adolescentes que contam com voluntários	Proporção de crianças e adolescentes por profissional	Proporção de crianças e adolescentes por voluntário
Norte	12	306	83	207	0,7	2,5
Nordeste	67	2.340	588	4.127	1,8	7,0
Sudeste	218	6.700	2.437	6.868	1,0	2,8
Sul	53	1.680	620	1.483	0,9	2,4
Centro-Oeste	25	913	406	1.333	1,5	3,3
Total	**375**	**11.939**	4.134	**14.018**	**1,2**	**3,4**

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

9.6.4 Quais as funções desempenhadas pelos voluntários?

Conforme pode ser observado na tabela 2, a participação dos voluntários é relevante nos serviços especializados, particularmente no que tange aos cuidados com a saúde das crianças e dos adolescentes abrigados: os profissionais dessa área (dentista, clínico, pediatra, psiquiatra, enfermeiro, fonoaudiólogo e fisioterapeuta, dentre outros) representam pouco mais de um quarto dos voluntários (27%) e, em média, 52% desses trabalhadores são voluntários.

Metade dos responsáveis pela administração institucional dos abrigos (51%) também é composta por profissionais não-remunerados. Os serviços de advocacia são predominantemente prestados por voluntários: 85% dos advogados que trabalham nesses abrigos o fazem gratuitamente. Outra atividade relevante para os abrigos e que depende fortemente de mão-de-obra não-remunerada é a captação de recursos: 73% desses profissionais são voluntários. Essa atribuição é fundamental para os abrigos na medida em que, no geral, a maior parte de seus orçamentos é financiada com recursos privados[14].

A maior parte dos serviços complementares ao programa de abrigo (63%) é prestada por voluntários: são, sobretudo, estagiários, recreadores e professores de reforço escolar ou de outras atividades. A presença de profissionais não-

[14] Segundo Silva e Gueresi (2004), os abrigos financiados pela Rede SAC são majoritariamente sustentados por recursos privados que, em 2002, representavam 59% do total de seus orçamentos. A este respeito, ver o capítulo 6 deste livro.

remunerados na prestação desses serviços é, de uma maneira geral, positiva, pois estimula a convivência comunitária dos abrigados, bem como areja as práticas e rotinas institucionais.

Ainda que, em menor proporção, observa-se igualmente a presença de trabalhadores não remunerados nas equipes técnicas, isto é, entre os profissionais que são responsáveis pelo programa e que orientam o atendimento personalizado às crianças e aos adolescentes. Assim, somando-se os coordenadores técnicos, assistentes sociais, pedagogos e psicopedagogos, psicólogos, nutricionistas e técnicos em nutrição têm-se um total de 1.325 profissionais, sendo 462 voluntários, o que corresponde a 35% (tabela 2). Aqui pode-se formular duas hipóteses: a primeira é que o exercício não-remunerado dessas ações deve ser predominantemente motivado por questões religiosas, uma vez que se trata de atividades que exigem muita atenção e que, se mal prestadas, podem resultar em desgaste físico, mental e emocional. Assim, a âncora da fé deve ser central para a prestação voluntária desses serviços. Em segundo lugar, por mais dedicados que sejam os voluntários, de maneira geral não devem dispor do tempo necessário ao atendimento satisfatório das crianças e dos adolescentes abrigados, já que cumprem funções que são essenciais no programa de abrigo. Dessa forma, a rotina do abrigo pode estar comprometida.

TABELA 02

Brasil: distribuição dos voluntários por função desempenhada nos abrigos

Função desempenhada no abrigo	Nº de voluntários (A)	Percentual	Total de Profissionais (B)	Percentual (A/B)
Equipe técnica	**462**	**11,2%**	**1.325**	**34,9%**
Assistente social	84	2,0%	361	23,3%
Coordenador técnico	30	0,7%	171	17,5%
Nutricionista	82	2,0%	126	65,1%
Pedagogo	81	2,0%	231	35,1%
Psicólogo	184	4,5%	431	42,7%
Assessor de coordenação	-	0,0%	1	0,0%
Psicopedagogo	1	0,0%	3	33,3%
Técnico em nutrição	-	0,0%	1	0,0%
Cuidado direto	**286**	**6,9%**	**2.541**	**11,3%**
Educador/ monitor/ pajem/ cuidador	227	5,5%	2.258	10,1%

(continua)

TABELA 02 *(continuação)*

Função desempenhada no abrigo	Nº de voluntários (A)	Percentual	Total de Profissionais (B)	Percentual (A/B)
Pai/ mãe social	59	1,4%	283	20,8%
Apoio operacional	**213**	**5,2%**	**2.308**	**9,2%**
Auxiliar de serviços gerais (faxineiro, zelador, jardineiro, auxiliar de limpeza etc.)	90	2,2%	1.236	7,3%
Cozinheiro	39	0,9%	571	6,8%
Motorista	66	1,6%	277	23,8%
Segurança/ vigia	18	0,4%	223	8,1%
Coordenador de serviços gerais	-	0,0%	1	0,0%
Administração institucional	**1.053**	**25,5%**	**2.054**	**51,3%**
Administrador/ gerente	278	6,7%	515	54,0%
Advogado	219	5,3%	259	84,6%
Auxiliar administrativo (secretária, digitador, office-boy, telefonista etc.)	88	2,1%	502	17,5%
Captador de recursos	352	8,5%	485	72,6%
Contador	109	2,6%	261	41,8%
Almoxarife	0	0,0%	3	0,0%
Assistente contábil	-	0,0%	1	0,0%
Bibliotecário	1	0,0%	1	100,0%
Cobrador	0	0,0%	10	0,0%
Recepcionista	-	0,0%	2	0,0%
Coordenador de lares	-	0,0%	6	0,0%
Coordenador de serviços	-	0,0%	1	0,0%
Coodenador de almoxarifado	1	0,0%	1	100,0%
Coordenador de estoque de alimentos	1	0,0%	1	100,0%
Jornalista	3	0,1%	3	100,0%
Supervisor das casas-lares	-	0,0%	1	0,0%
Técnico em segurançao do trabalho	-	0,0%	1	0,0%
Tradutor	1	0,0%	1	100,0%
Serviços especializados	**1.108**	**26,8%**	**2.113**	**52,4%**
Dentista	370	9,0%	470	78,7%
Enfermeiro	46	1,1%	85	54,1%
Fisioterapeuta	53	1,3%	86	61,6%
Fonoaudiólogo	74	1,8%	118	62,7%
Médico clínico	140	3,4%	194	72,2%

TABELA 02 *(continuação)*

Função desempenhada no abrigo	Nº de voluntários (A)	Percentual	Total de Profissionais (B)	Percentual (A/B)
Médico pediatra	170	4,1%	243	70,0%
Médico psiquiatra	42	1,0%	78	53,8%
Professor de educação física	-		148	
Professor de ensino regular	47	1,1%	380	12,4%
Técnico em enfermagem (auxiliar)	38	0,9%	197	19,3%
Terapeuta ocupacional	26	0,6%	53	49,1%
Coordenador de atividades agrícolas	-	0,0%	1	0,0%
Coordenador da área de saúde	5	0,1%	5	100,0%
Engenheiro civil	1	0,0%	1	100,0%
Eqüoterapeuta	1	0,0%	1	100,0%
Instrutor de profissionalização	16	0,4%	49	32,7%
Musicoterapeuta	1	0,0%	1	100,0%
Professor de educação especial	-	0,0%	2	0,0%
Tetapeuta comportamental	1	0,0%	1	100,0%
Serviços Complementares	**969**	**23,4%**	**1.537**	**63,0%**
Estagiário	323	7,8%	577	56,0%
Professor de reforço escolar	236	5,7%	432	54,6%
Recreador	297	7,2%	372	79,8%
Acompanhantes em passeios	15	0,4%	15	100,0%
Cabeleleiro	2	0,0%	2	100,0%
Costureiro	14	0,3%	20	70,0%
Estimulação precoce	8	0,2%	8	100,0%
Professor de atividades complementares	52	1,3%	85	61,2%
Massagista	1	0,0%	1	100,0%
Monitores de atividades ocupacionais: tricô, crochê, pintura em tecido, bordado a mão, tapeçaria, costuras, brechó	10	0,2%	11	90,9%
Orientador espiritual/religioso	9	0,2%	12	75,0%
Técnica reiki	2	0,0%	2	100,0%
Outros	**43**	**1,0%**	**61**	**70,5%**
TOTAL	**4.134**	**100,0%**	**11.939**	**34,6%**

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Os serviços de cuidados diretos (monitor, educador, pais sociais etc) e de apoio (cozinheiros, faxineiros, auxiliares de limpeza, secretárias, vigias etc) contam com relativamente pouco trabalho voluntário, o que é desejável: a absoluta maioria (cerca de 90%) é realizada por trabalhadores remunerados.

O que se observa, de maneira geral, é que, diferentemente do que legisla o estatuto, o trabalho voluntário não é uma atividade apenas complementar ao programa de abrigo: ele cumpre funções essenciais, tais como a relação com o poder Judiciário e o Ministério Público, o cuidado com a saúde das crianças e dos adolescentes e uma parte não negligenciável do acompanhamento diuturno dos abrigados.

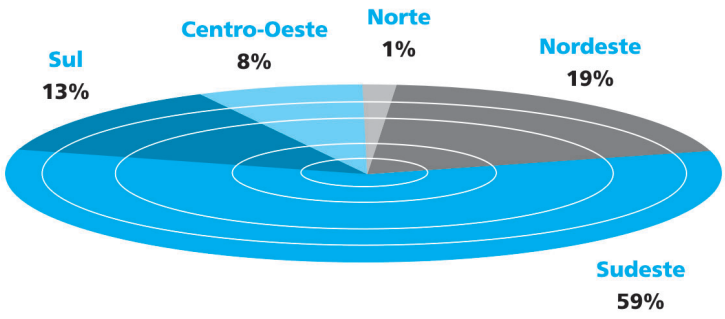
9.7 A PRESENÇA DO VOLUNTARIADO NA DIREÇÃO DOS ABRIGOS

A maior parte dos abrigos que recebem recursos do Governo Federal é dirigida por voluntários: do total de 589 abrigos pesquisados, 349, isto é, 59%, são chefiados por profissionais que exercem essa atividade sem ser remunerados para tal.

É, particularmente, no Sudeste que se localizam os abrigos dirigidos por voluntários: 59%. Esse percentual cai para 19% no Nordeste, para 13%, no Sul e para menos de 10% nas regiões Centro-Oeste (8%) e Norte (1%) (gráfico 7).

GRÁFICO 07

Brasil/grandes regiões: distribuição dos abrigos dirigidos por voluntários

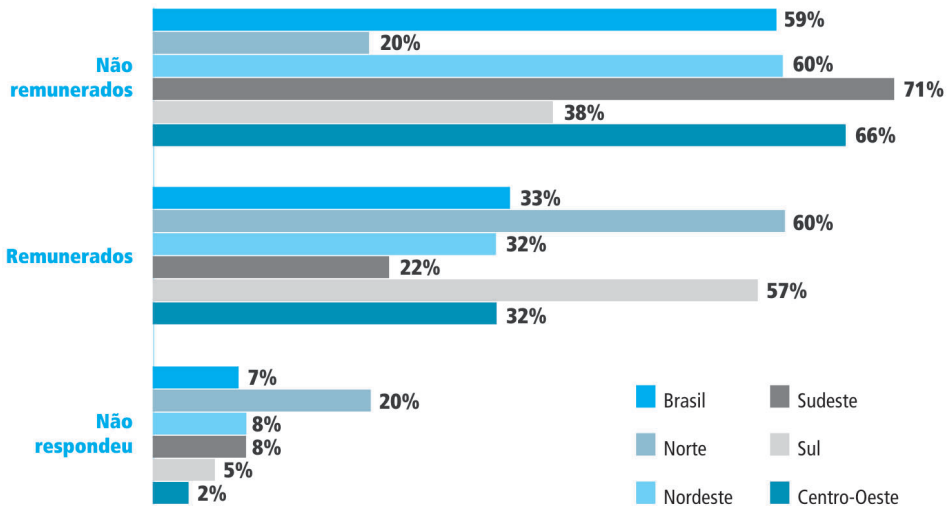


Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

A localização geográfica tem influência quando se trata de dirigir um abrigo em caráter voluntário: o Sudeste, além de reunir a maior parte dos abrigos cujos responsáveis são voluntários, é também a região onde a maioria absoluta das instituições tem um voluntário como seu dirigente: 71%. Esse percentual varia entre 60% e 66% nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente. Já no Norte e no Sul, as relações se invertem: a direção exercida em caráter voluntário não é um fenômeno majoritário. No Sul, somente 38% dos dirigentes dos abrigos declaram não ser remunerados para o exercício desta atividade; no Norte, esse percentual é de 20% (gráfico 8).

GRÁFICO 08

Brasil/grandes regiões: proporção de dirigentes voluntários e remunerados por região*



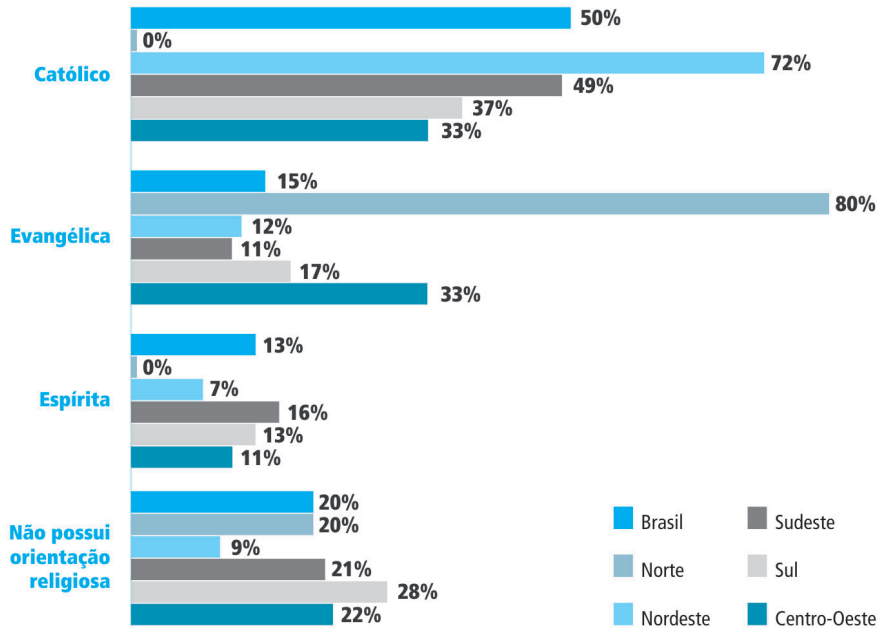
**A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

A presença dos dirigentes voluntários é ainda mais forte nas instituições que possuem orientação religiosa. Assim é que a absoluta maioria dos abrigos dirigidos por voluntários tem vinculação com algum tipo de credo (80%). Interessa observar que esta relação se mantém qualquer que seja a região do país (gráfico 9). Tal resultado revela o peso da religião, ainda nos dias de hoje, na prestação de serviços que são direitos das crianças e dos adolescentes em situação de risco social ou pessoal.

GRÁFICO 09

Brasil/grandes regiões: distribuição dos abrigos dirigidos por voluntário segundo vinculação religiosa*



** A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribuir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

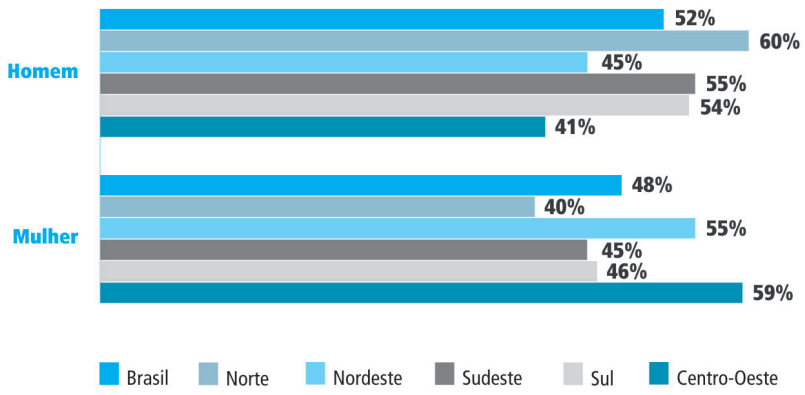
No geral, predomina a religião católica (50%); seguem-se, já em patamares menores, vinculações com crenças evangélicas (15%) e espíritas (13%). Mas as médias nacionais escondem especificidades regionais: a predominância de vínculos com a religião católica acontece, sobretudo, no Nordeste, onde 72% dos abrigos informam possuir laços com essa orientação. E mais: nessa região, somente 9% das entidades dirigidas por profissionais não-remunerados se declaram laicas. No Norte, dos cinco abrigos dirigidos por voluntários, quatro, ou seja, 80%, têm orientação evangélica. A religião evangélica também tem forte influência no Centro-Oeste: um terço dos abrigos declara possuir essa orientação confessional, percentual que é mais de duas vezes superior à média nacional de 15% e semelhante à proporção de abrigos de origem católica na região (33%). É o Sul que apresenta a maior proporção de entidades laicas (28%); isto acontece sobretudo em detrimento da influência católica, na medida que somente 37% dos abrigos dirigidos por voluntários se declararam orientados por essa crença; nos demais casos, as proporções são ligeiramente superiores - como é o caso dos laços com os evangélicos –, ou se assemelham às médias nacionais.

9.8 UM PERFIL DOS DIRIGENTES VOLUNTÁRIOS

9.8.1 São profissionais de meia-idade com diploma superior

De modo geral, não há uma forte predominância de gênero entre os dirigentes voluntários dos abrigos financiados pela Rede SAC: os homens, ligeiramente mais numerosos, são 52%, e as mulheres, 48%. No entanto, essa relação se modifica um pouco nas regiões Nordeste e Centro-Oeste: no Nordeste, 55% dos responsáveis por essas instituições são mulheres; esse percentual é de 59% no Centro-Oeste (gráfico 10).

GRÁFICO 10
Brasil/grandes regiões: distribuição de dirigentes voluntários por sexo



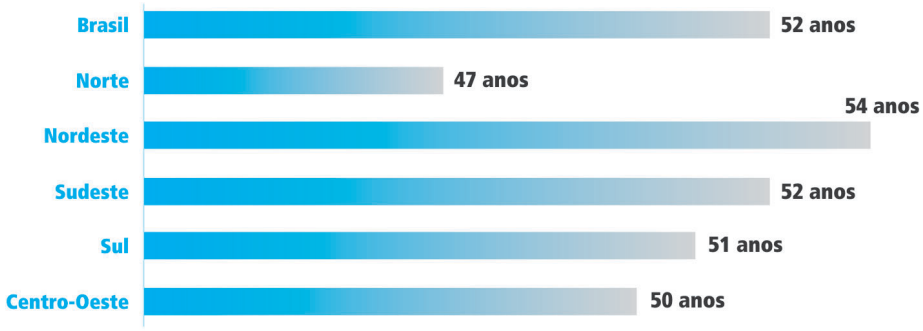
Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

É interessante observar a semelhança entre as regiões quando se trata da idade dos dirigentes voluntários: em média, têm em torno de 52 anos, variando de 47 anos, no Norte, a 54 anos no Nordeste (gráfico 11).

A maioria desses voluntários que dirigem abrigos (61%) possui diploma universitário (gráfico 12). Esse nível de escolaridade é encontrado em praticamente todas as regiões, com exceção do Centro-Oeste, onde somente um terço dos dirigentes concluiu o nível superior. Nessa região, a maior parte das organizações que contam com voluntários está sob a responsabilidade de profissionais que têm o ensino médio (52%). Vale destacar que, no geral, 6% dos abrigos, o que corresponde a 21 instituições, são dirigidos por voluntários que somente concluíram o ensino fundamental.

GRÁFICO 11

Brasil/grandes regiões: idade média dos dirigentes voluntários por região

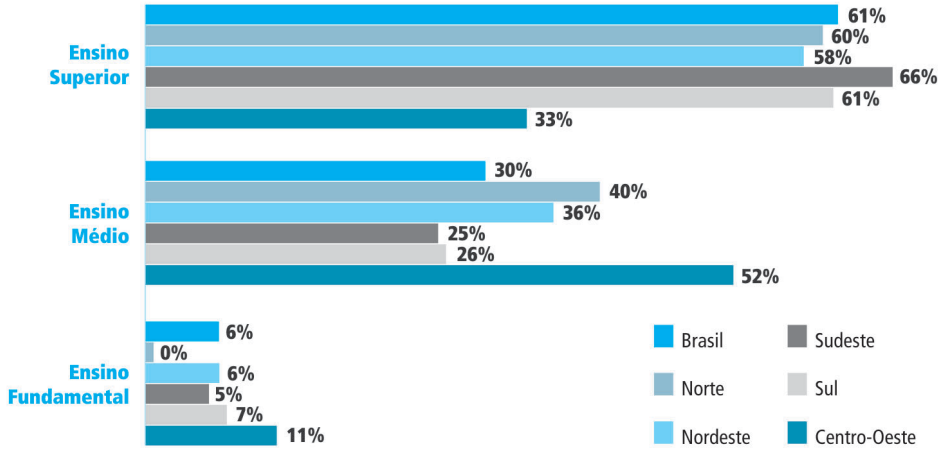


Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

É interessante registrar que, entre as mais de 80 profissões declaradas por esses dirigentes não-remunerados, cerca da metade se concentra em apenas quatro campos, quais sejam: (i) educação (educador, pedagogo, professor), 19%; (ii) religião (capelão, pastor, missionário, religioso), 18%; (iii) direito, 8%; e, (iv) assistência social, 5%. Vê-se aqui novamente o peso da religião: além de a maior parte dos abrigos apresentar vínculos com instituições religiosas, cerca de um quinto deles está diretamente sob a responsabilidade de representantes oficiais dessas instituições.

GRÁFICO 12

Brasil/grandes regiões: distribuição dos dirigentes voluntários por escolaridade*



**A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribuir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

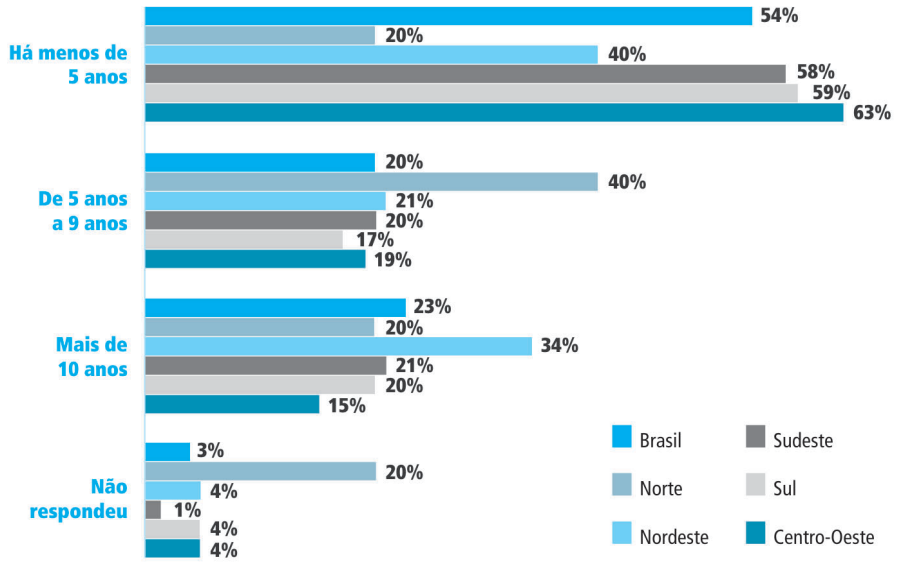
Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

9.8.2 Dedicam parte significativa de seu tempo ao abrigo

Mais de 40% dos dirigentes voluntários estão no cargo há mais de cinco anos. E mais: um quinto desses profissionais (23%) dirige os abrigos sem ser remunerado para tal há pelo menos dez anos. A antigüidade no comando do abrigo é maior no Nordeste, onde um terço dos dirigentes voluntários está no cargo há pelo menos dez anos (gráfico 13).

GRÁFICO 13

Brasil/grandes regiões: distribuição dos dirigentes voluntários por tempo na direção do abrigo*



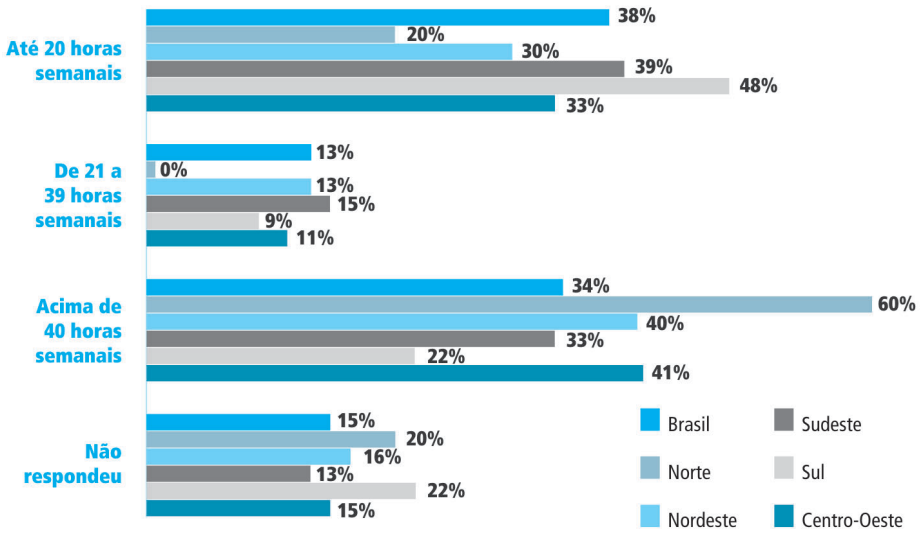
**A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribuir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

O tempo que os dirigentes voluntários dedicam ao abrigo também deve ser destacado: no geral, cerca da metade (47%) deles passa mais de 20 horas por semana na instituição. E mais: um terço deles trabalha em horário integral, isto é, acima de 40 horas (gráfico 14). É provavelmente por este motivo que grande parte (40%) desses voluntários não exerce qualquer atividade remunerada fora do abrigo (gráfico 15).

GRÁFICO 14

Brasil/grandes regiões: distribuição dos dirigentes voluntários por número de horas semanais dedicadas ao abrigo*

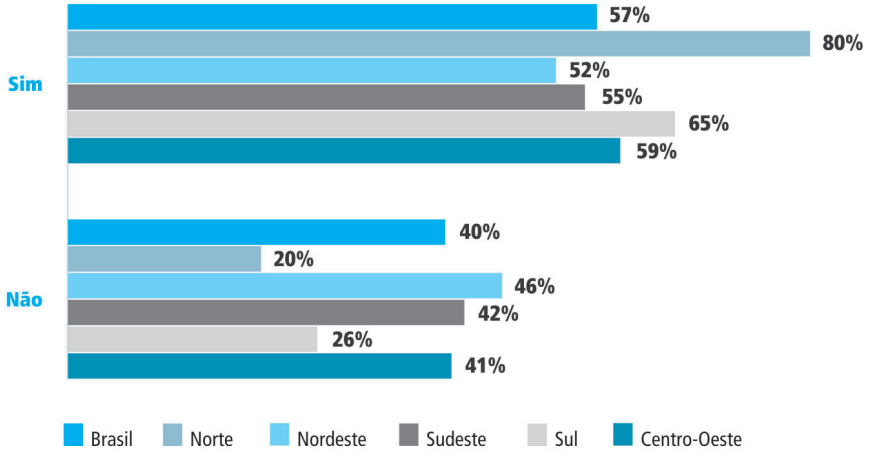


**A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

GRÁFICO 15

Brasil/grandes regiões: distribuição dos dirigentes voluntários segundo exercício de atividade remunerada fora do abrigo*



**A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Aqui também, se observam especificidades regionais. No Sul, cerca de um quinto dos voluntários trabalha em tempo integral - acima de 40 horas semanais - no abrigo e, por conseguinte, não exerce qualquer atividade remunerada fora dele. No Nordeste e no Centro-Oeste, cerca de 40% dos dirigentes se dedicam, em caráter voluntário, integralmente a esta função. No Norte, dos cinco dirigentes voluntários dos abrigos pesquisados, um (20%) trabalha em tempo parcial na instituição e três (60%) trabalham em tempo integral, sendo que somente um deles não exerce qualquer atividade remunerada fora do abrigo.

9.8.3 Participam de fóruns ou conselhos

A maioria dos dirigentes voluntários, cerca de dois terços, declara participar de algum fórum ou conselho de políticas referentes a crianças e adolescentes, tais como, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (46%), o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente - Fórum DCA (29%) ou o Conselho Tutelar (13%). Note-se que 41% também integram outros conselhos municipais (41%) (gráfico 16). É preciso destacar que um terço não participa de qualquer dos espaços de concertação citados na pesquisa.

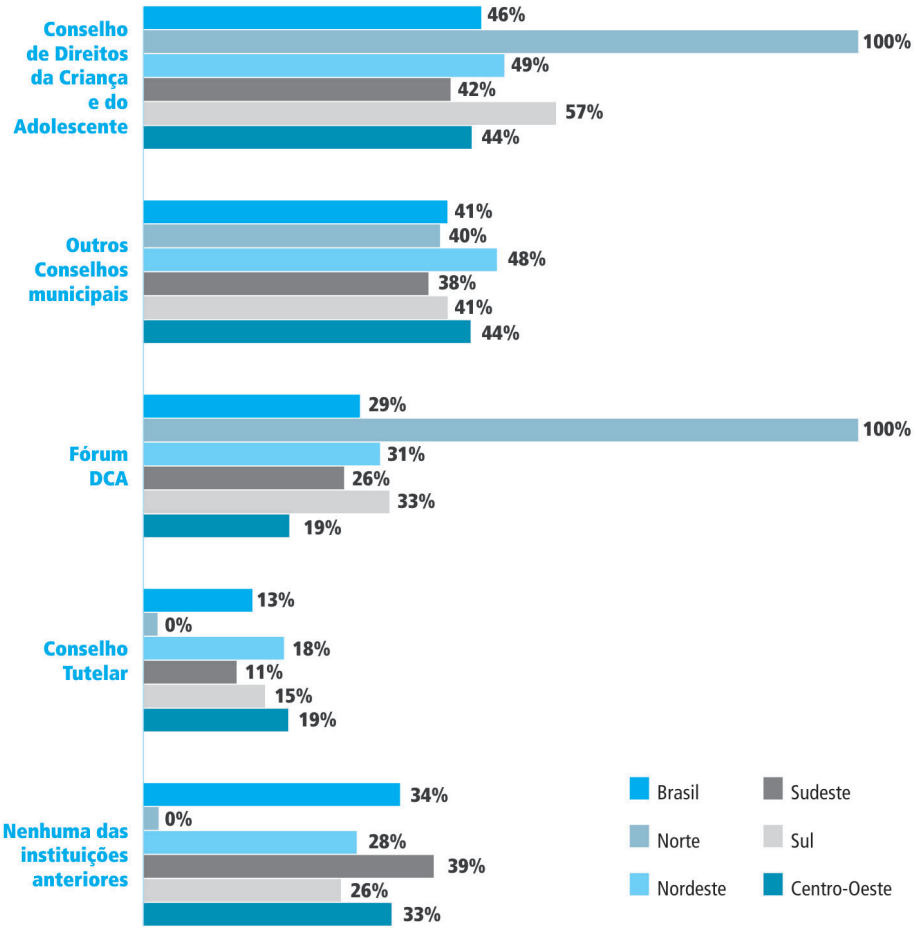
Neste caso, com exceção do Norte, onde os dirigentes voluntários das cinco instituições participam todos do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fórum DCA, observa-se uma certa similaridade de comportamento entre as regiões.

9.8.4 Atuam motivados pela caridade

Em geral, é o espírito da caridade que motiva os dirigentes dos abrigos a exercerem esta função voluntariamente: 59% declaram fazê-lo por questões humanitárias e 42%, por razões de cunho religioso. Essas motivações são generalizadas na medida em que predominam, ainda que com intensidades diferentes, em todas as regiões do país (gráfico 17). Note-se, contudo, que as questões humanitárias são mais mencionadas no Sudeste (65%), enquanto as religiosas prevalescem nas regiões Nordeste (54%) e Centro-Oeste (59%).

GRÁFICO 16

Brasil/grandes regiões: distribuição dos dirigentes voluntários segundo o fórum ou conselho de que participa*



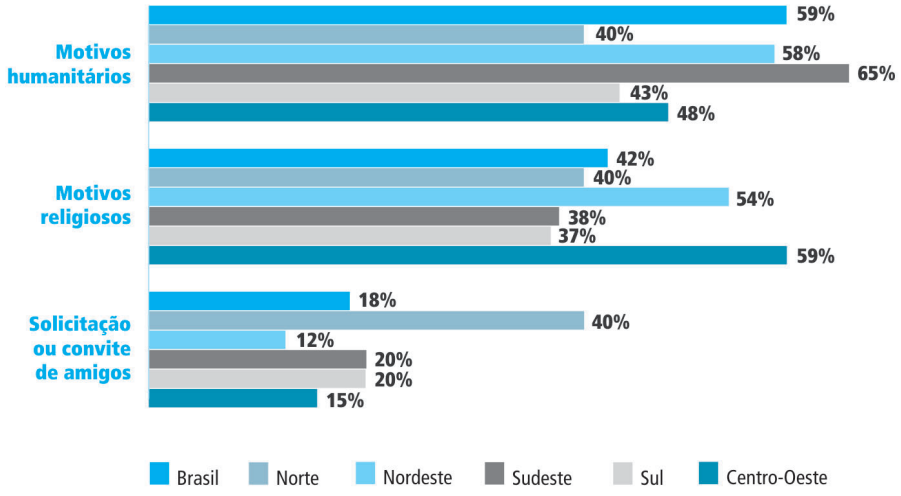
**A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribuir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

Cerca de um quinto dos dirigentes voluntários (18%) declara ter assumido este cargo em função de demandas de amigos. Em suma, os resultados da pesquisa revelam que a opção por exercer essa atividade em caráter voluntário pouco tem a ver com uma motivação, de cunho profissional - aliás, nem aparece como motivação apesar de existir uma opção de resposta nesta direção. Trata-se, majoritariamente, de uma atividade filantrópica influenciada por uma fé católica, evangélica ou espírita.

GRÁFICO 17

Brasil/grandes regiões: distribuição dos dirigentes voluntários segundo motivação para o trabalho no abrigo*



** A região Norte possui apenas cinco abrigos dirigidos por voluntários (1% do total de abrigos dirigidos por voluntários). A presença reduzida de instituições pode contribuir para que, por vezes, os percentuais apresentados pelo Norte divirjam dos das demais regiões.*

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

9.9 AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS DOS ABRIGOS DIRIGIDOS POR VOLUNTÁRIOS

A pesquisa revelou que existem traços comuns a todos os dirigentes de abrigos que exercem esta função em caráter voluntário: são homens ou mulheres de meia-idade, em torno de 52 anos, que atuam impulsionados por motivos caritativos de forte inspiração religiosa. Apesar de exercerem atividades remuneradas fora do abrigo para prover seu sustento, dedicam boa parte de seu tempo à instituição e, em geral, participam de conselhos ou fóruns referentes a políticas voltadas para crianças e adolescentes. No entanto, além desses traços gerais, existem algumas especificidades de comportamento que variam de acordo com a região.

Assim, por exemplo, o Sudeste se destaca em diversos aspectos. Em primeiro lugar, porque é a região que sedia o maior número de abrigos dirigidos por voluntários (58% do total). Em segundo lugar, porque são os abrigos dessa região que, proporcionalmente, mais contam com dirigentes que não são remunerados pelo exercício dessa função (71%). É também no Sudeste que se encontra a maior proporção de dirigentes com ensino superior (66%).

É no Sul que o voluntariado tem menos peso: somente 38% dos dirigentes dos abrigos dessa região não são remunerados para realizar essa atividade. Ademais, a absoluta maioria dos responsáveis por essas instituições trabalha em tempo parcial, dedicando outra parte de seu tempo à realização de atividades remuneradas. No Sul, a influência da religião, apesar de ser importante, é menor do que nas demais localidades: mais de um quarto dos abrigos não possui qualquer orientação religiosa. Essa proporção é de um quinto, em média, para as demais regiões do país.

O Centro-Oeste apresenta outras especificidades. Predomina o voluntariado feminino (59%), motivado, sobretudo, por questões de fé (59%). Nesta região, o peso dos evangélicos é grande: um terço dos abrigos, isto é, mais do que o dobro da média nacional, declara ter esta orientação religiosa. O nível de instrução dos dirigentes voluntários é o menor de todos: mais da metade deles (52%) tem somente o ensino médio. E mais: de cada dez dirigentes, um (11%) concluiu apenas o ensino fundamental. Em geral, são voluntários que dirigem o abrigo há pouco tempo: cerca de dois terços estão ali há menos de cinco anos.

No Nordeste, vale destacar o peso da religião, particularmente a católica: 72% dos abrigos dirigidos por voluntários informam seguir esta orientação religiosa. É também nesta região que os dirigentes estão há mais tempo no cargo. Com efeito, 60% deles exercem essa função há mais de cinco anos, e um terço, há pelo menos dez anos.

Por fim, nos cinco abrigos dirigidos por voluntários na região Norte, a maioria, isto é quatro deles, informa ter orientação evangélica. Em média, esses dirigentes são mais novos do que seus colegas das demais regiões (47 anos e 52 anos, respectivamente) e a maior parte exerce atividades remuneradas fora do abrigo. Todos participam de fóruns ou conselhos voltados para crianças e adolescentes.

9.10 UM RETRATO DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceu novos princípios de proteção e de atendimento às crianças e aos adolescentes abrigados, particularmente no que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária. A lei rompeu com a lógica das grandes instituições consideradas como "depósitos de crianças", ao impor um modelo baseado no atendimento personalizado e em pequenos grupos. Ou seja, o acolhimento das crianças e dos adolescentes deve assemelhar-se ao de uma família. E mais: devem ser procurados todos os caminhos para restabelecer ou estabelecer vínculos com as famílias (de origem ou substituta), bem como para manter ou inserir as crianças e os adolescentes na comunidade.

Neste sentido, a partir de um conjunto de critérios construído por Silva e Gueresi (2004), verificou-se até que ponto os abrigos dirigidos por voluntários se adequam aos preceitos legais (tabela 3). Como referência são feitas comparações com instituições governamentais supostamente mais avançadas em termos de atendimento ao estatuto.

No que tange ao direito à convivência familiar, foram considerados quatro aspectos: o primeiro diz respeito à preservação dos vínculos familiares, isto é, em que medida os dirigentes dos abrigos (i) apóiam as famílias dos abrigados com o intuito de incentivar a convivência, quer levando as crianças e os adolescentes regularmente até suas casas, quer permitindo visitas dos familiares sem restrições de horário; e (ii) evitam a separação dos irmãos abrigados, ou seja, promovem um atendimento integrado entre meninas e meninos de todas as idades. Conforme pode ser observado na tabela 3, somente 5% dos abrigos dirigidos por voluntários atendem, simultaneamente, a esses dois critérios. Esse percentual é ligeiramente superior nos abrigos governamentais: 8%.

TABELA 03

Comparação entre abrigos dirigidos por voluntários e abrigos governamentais quanto à garantia do direito à convivência familiar e comunitária

Convivência familiar e comunitária	Quesitos	Condições	Abrigos que atendem aos critérios	
			Dirigidos por voluntários	Governamentais
FAMILIAR	**Preservação dos vínculos familiares**	Mantêm informações sobre as famílias de origem Apóiam famílias dos abrigados Não desmembram grupos de irmãos abrigados	**5%**	**8%**
	Apoio à reestruturação familiar	Realizam visitas domiciliares Oferecem acompanhamento social Organizam reuniões ou grupos de discussão e apoio Encaminham para inserção em programas de auxílio / proteção à família	**13%**	**15%**
	Incentivo à convivência com outras famílias	Incentivam a integração em família substituta (guarda, tutela ou adoção) Mantêm programa de apadrinhamento	**25%**	**18%**
	Semelhança residencial	Apresentam instalações físicas semelhantes às de uma residência Promovem atendimento em pequeno grupo	**6%**	**7%**
COMUNITÁRIA	**Participação na vida da comunidade local**	Utilizam serviços especializados da comunidade	**5%**	**11%**
	Participação de pessoas da comunidade no processo educativo	Possuem trabalho voluntário na equipe de serviços complementares Contexto com disponibilidade de serviços	**36%**	**8%**

Fonte: IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.

O segundo aspecto para caracterizar a convivência familiar refere-se ao apoio dado pelo abrigo à reestruturação das famílias dos abrigados. Trata-se de dimensionar os esforços realizados pelas equipes responsáveis pelos programas de abrigo para auxiliar os pais ou familiares das crianças e dos adolescentes a superarem as dificuldades que determinaram o afastamento legal de suas crianças (realização de visitas às famílias, organização de grupos de apoio, articulação com programas governamentais ou comunitários de auxílio às famílias). Dentre as instituições comandadas por trabalhadores não-remunerados, apenas 13% preenchem todos os critérios ao mesmo tempo. Esse percentual é ligeiramente superior nos abrigos governamentais: 15%.

O incentivo à convivência com outras famílias é o terceiro aspecto considerado. Com efeito, o incentivo à colocação em família substituta (por meio de guarda, tutela ou adoção) ou a utilização de programas de apadrinhamento são, de acordo com o ECA, formas de garantir o direito à convivência familiar de meninos e meninas cujas chances de retorno para suas famílias de origem são inexistentes. Pouco mais de um quarto (25%) dos abrigos dirigidos por voluntários atende a estes critérios, numa proporção maior do que as instituições governamentais (18%). Pode-se formular a hipótese de que, neste caso, as entidades não-governamentais estão mais inseridas na comunidade e, portanto, têm mais facilidades para auxiliar o Judiciário na identificação de famílias que possam acolher crianças e adolescentes.

Organizar a vida como se fosse a de uma casa é o quarto e último aspecto para dimensionar a promoção do direito à convivência familiar. Com efeito, hoje se conhece o impacto negativo que provoca sobre crianças e adolescentes um atendimento massificado como o oferecido por orfanatos ou grandes internatos: baixa auto-estima, dificuldades para estabelecer laços afetivos, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca familiaridade com rotinas. Como pode ser verificado na tabela 3, é pequeno o percentual de abrigos dirigidos por voluntários que se estruturaram nesta direção: 6%. Nos governamentais, a proporção é quase a mesma: 7%. Esse tipo de atendimento é mais caro, particularmente para as instituições existentes antes da promulgação do estatuto, que, em tese, deveriam se adequar às novas exigências. No entanto, os abrigos não-governamentais mal possuem recursos para os gastos correntes, quanto menos para a realização de obras, sendo que nos últimos anos os governos têm repassado poucas verbas para investimentos. De toda sorte, o percentual observado nas instituições oficiais também encontra-se muito aquém do desejado.

Quanto ao direito à convivência comunitária, foram considerados dois aspectos. O estímulo à inserção das crianças e dos adolescentes na vida da comunidade local é o primeiro. Trata-se de assegurar que os meninos e as meninas tenham acesso aos serviços sociais básicos oferecidos na comunidade (ensino regular, profissionalização no caso dos adolescentes, assistência médica e odontológica), bem como a atividades externas de lazer, esporte, cultura e religião. Apenas 5% dos abrigos dirigidos por profissionais não-remunerados atende, simultaneamente, a estes critérios. Entre os governamentais este percentual é duas vezes maior (11%). Pode-se levantar a hipótese de que, neste caso, quem tem vantagens comparativas são os abrigos governamentais: por serem estatais, apresentam mais facilidades para acionar a rede pública de serviços básicos (escolas, postos de saúde, hospitais, promotorias ou programas governamentais voltados para este público).

O segundo aspecto diz respeito à participação de pessoas da comunidade no processo educativo das crianças e dos adolescentes, principalmente por meio de trabalho voluntário na prestação de serviços complementares (reforço escolar, esporte, lazer e recreação). Este tipo de prática facilitaria o estabelecimento de novos vínculos e relações afetivas, bem como a organização de práticas e rotinas institucionais. A tabela 3 revela que 36% dos abrigos cujos dirigentes são voluntários atendem a este critério. No caso das instituições governamentais, este percentual é de apenas 8%. Acredita-se que isto ocorre, pois os abrigos de origem estatal geralmente não recorrem ao trabalho não-remunerado.

Por fim, o que os dados revelam é que, de uma maneira geral, qualquer que seja a origem do abrigo – privado ou governamental -, ainda é longo o caminho a ser percorrido para adequar às exigências da lei o atendimento às crianças e aos adolescentes desprotegidos, ou em situação de abandono social.

9.11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença do trabalho voluntário nos abrigos para crianças e adolescentes financiados com recursos do Governo Federal é bastante significativa. Em geral, a maior parte destas instituições (59%) é dirigida por pessoas que exercem esta atividade em caráter voluntário, e grande parte dos abrigos (63%) conta com a colaboração de profissionais não-remunerados, que representam pouco mais de um terço do total de trabalhadores. E mais: os dados revelam que os voluntários não exercem apenas atividades complementares ao programa de abrigo. Suas funções vão desde a responsabilidade legal para assistir, cuidar e educar as crianças e adolescentes, passando pelo atendimento técnico e administrativo das unidades, até o desempenho de atividades de lazer, de recreação e de profissionalização, entre outras.

A religião é o principal combustível do exercício cotidiano de atividades não-remuneradas. A absoluta maioria dos abrigos (em torno de 80%) que, de alguma forma, recorrem ao trabalho voluntário declara possuir vínculos confessionais, sobretudo com a orientação católica, mas também se fazem presentes instituições evangélicas e espíritas. Quando perguntados por que motivos exercem a direção das unidades sem ser remunerados para tal, a resposta da maior parte dos dirigentes se situa no campo da caridade: as razões são humanitárias (59%) ou declaradamente religiosas (42%). Acredita-se que a fé, qualquer que seja o credo, mobiliza a realização de múltiplas atividades que, na percepção dos voluntários, busca fortalecer laços afetivos e de vizinhança entre as crianças e os adolescentes e a comunidade que os circunda.

A pesquisa não permite analisar o conteúdo das mensagens e dos valores passados pelos voluntários. Não se sabe em que medida contribuem para consolidar a noção de direito à igualdade de pessoas que vivem na sociedade. A história da assistência social no Brasil não é propriamente uma história de emancipação de sujeitos: o modelo de atendimento dominante tem sido o de uma solidariedade hierarquizada e moralista, de manutenção do *status quo*. E mais, vê-se que o Estado não tem conseguido assegurar satisfatoriamente o direito das crianças e dos adolescentes em risco social ou pessoal a serem acolhidos, protegidos e assistidos.

Diante da magnitude da miséria, da pobreza e das desigualdades sociais neste começo de milênio, a sociedade civil está em movimento buscando atuar em espaços onde o Estado não está presente. Tem crescido o entendimento de que, numa sociedade complexa como a brasileira, a parceria entre Estado e sociedade é fundamental para enfrentar a exclusão e para consolidar um novo modo de pensar a ação pública estatal:

> *"as parcerias asseguram maior sustentabilidade e legitimidade política à ação. Introduzem a dimensão da participação conjunta, possibilitando o encontro de diferentes atores em diferentes estágios de organização, acrescentando conhecimentos, redefinindo focos. Possibilitam o aproveitamento do potencial de cada organização participante. Por fim, introduzem uma relação mais horizontal e democrática, que ajuda a diminuir a fragmentação do atendimento. Trabalhar juntos é o grande desafio"* (Brant: 2002).

Enfim, este ensaio é um convite para outras pesquisas onde se procure aumentar a compreensão sobre os valores e as redes de sociabilidade que, em contraposição a uma atitude de indiferença, mobilizam um trabalho voluntário (em termos de militância leiga ou religiosa) capaz de imprimir novas formas de agir contra a exclusão social e formas realmente inéditas de regulação social.

9.12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Elisabete Regina de Lima *et alii*. *Terceiro setor, responsabilidade social e voluntariado*. Curitiba: Champagnat, 2001.

BRANT, de Carvalho Maria do Carmo. *A participação do voluntariado cidadão na política social municipal. IN:* PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

CARDOSO, Ruth *et alii* (orgs). *Comunidade Solidária: fortalecendo a sociedade, promovendo o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Comunitas, 2002.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CBIA/SP e IEE/PUC SP. Trabalhando Abrigos. *Cadernos de Ação nº 3*. São Paulo: março/1993

CORULLÓN, Mônica Beatriz Galeano. *Voluntariado na empresa: gestão eficiente da participação cidadã*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

DOWBOR, Lasdislaw. *Boa vontade existe: como organizá-la? IN:* PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

EVANGELISTA, Douglas. *Voluntariado e desenvolvimento social. IN:* PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

FALEIROS, Vicente. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1997.

FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GIUMBELLI, Emerson. *Caridade, assistência social, política e cidadania: práticas e reflexões no espiritismo. IN:* LANDIM, Leilah (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc*. Rio de Janeiro: NAU, 1998.

GODBOUT, Jacques. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias e movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. *O impacto do voluntariado.* O Globo, Rio de Janeiro, 23 de julho de 2003.

LANDIM, Leilah. *Notas sobre a campanha do Betinho: ação cidadã e diversidades brasileiras. IN:* LANDIM, Leilah (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LANDIM, Leilah e SCALON, Maria Celi. *Doações e trabalho voluntário no Brasil: uma pesquisa.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

NOVAES, Regina Reyes. *Juventude e ação social no Rio de Janeiro: resultados de pesquisa. IN:* LANDIM, Leilah (org). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998.

NOVAES, Regina Reyes. *Pobreza e trabalho voluntário: estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro.* Rio de Janerio: ISER, 1995.

PARCEIROS VOLUNTÁRIOS. *Relatório Anual de 2003.*

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros e BEGHIN, Nathalie. *A iniciativa privada e o espírito público: um retrato da ação social das empresas no Brasil.* Brasíla: IPEA, 2003.

PELIANO, Anna Maria T. Medeiros e BEGHIN, Nathalie. *Filantropia e equidade: o caso brasileiro.* Mimeo. Brasília: IPEA, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade.* São Paulo: Cortez, 1999.

SILVEIRA, Jairton Dimas. *Trabalho voluntário: da filantropia à cidadania. IN:* PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais.* São Paulo: Futura, 2002.

SPOSATTI, Aldaíza. *O papel do voluntariado nas transformações sociais. IN:* PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais.* São Paulo: Futura, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Terceiro setor e a despolitização da questão social brasileira. IN:* PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (orgs). *Voluntariado e a gestão das políticas sociais.* São Paulo: Futura, 2002.